

EDITORIAL

Abordávamos no Editorial do fascículo anterior a greve de quase seis meses deflagrada e mantida pelas Universidades Estaduais Paranaenses, entre elas a Universidade Estadual de Londrina.

Como qualquer greve, trouxe ela inúmeros prejuízos, não só para os professores, funcionários e alunos das universidades envolvidas no movimento, como também para toda a sociedade que, direta ou indiretamente, mantém um vínculo, uma relação com as universidades.

Os candidatos que foram surpreendidos com o adiamento do vestibular de verão (realizado, na UEL, apenas no final de abril); os fornecedores das universidades, que tiveram a compra de seus produtos sensivelmente reduzida; os proprietários de imóveis, hotéis, pousadas e pensionatos, que viram muitos de seus inquilinos ou hóspedes retornarem para suas cidades durante o período de greve; os bares, restaurantes, lanchonetes – incluindo aquelas senhoras que vendem salgadinhos e refrigerantes nos intervalos de aula, espalhadas pelos vários centros do campus, e que sobrevivem dessas vendas –, que tiveram o número de fregueses drasticamente reduzidos ou, como na maioria dos casos, ficaram sem nenhum freguês; as livrarias, as fotocopiadoras, o comércio, os espaços de lazer, as

companhias aéreas, as de ônibus, tanto municipais como interestaduais, enfim, vários foram os segmentos da cidade, em especial no âmbito econômico, que sofreram prejuízos relacionados à greve.

No âmbito político partidário, muitos deputados, quer federais, quer estaduais, além de secretários, o próprio governador, a vice-governadora, prováveis candidatos ao governo estadual, ao senado e a vagas na Assembléia e na Câmara Federal, também foram afetados negativamente pela greve, principalmente por terem sido obrigados a evidenciar posturas de intransigência ou de omissão, normalmente escamoteadas e escondidas dos eleitores. É óbvio que neste caso perdem os políticos e ganha a população, ganha o cidadão brasileiro.

Por outro lado, situações como as geradas por uma greve acabam exigindo posições, acabam determinando posturas compromettimentos. É impossível para as lideranças públicas manter uma neutralidade – desejável para eles – frente às implicações e principalmente em relação às idéias e concepções que norteiam e geram as reivindicações e as manifestações para a disseminação delas. Nesses momentos, todos aqueles que exercem qualquer tipo de liderança, formal ou não, se vêem obrigados a manifestar, a explicitar, concretamente, ob-

jetivamente, suas idéias, posições e concepções sobre os temas que o movimento grevista trouxe à baila.

Políticos, secretários de estado, reitores, pró-reitores, diretores de centros, chefes de departamento, coordenadores de curso; chefes de setores administrativos, presidentes de entidades organizadas da comunidade, todos enfim que de alguma forma ocupam cargos eletivos, direta ou indiretamente – ou ainda aqueles que foram indicados por alguém referendado por uma eleição –, posicionaram-se (provavelmente com graus variados de sinceridade), sobre o ensino gratuito e público, sobre a qualidade do ensino de terceiro grau oferecido pelas universidades públicas brasileiras, pela perspectiva da manutenção desse ensino.

O que assusta e preocupa é saber que, além dos políticos que seguem uma linha voltada para a privatização de vários segmentos (que muitos como nós entendem ser deveres do estado), incluído a educação superior, dentro da própria universidade pública brasileira há um amplo grupo que partilha dessa mesma concepção.

Nem toda greve acaba vitoriosa; nem toda greve consegue, ao final, transformar suas reivindicações em algo concreto. No entanto, toda greve exige daqueles que de alguma forma sofrem a interferência dela, uma posição sobre os temas que, mesmo de forma indireta, são suscitados e passam a fazer parte das preocupações de toda a comunidade.

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
Editor